

LINCHAQUARA – O ASSASSINATO DOS BRITO

Luís Michel FRANÇOSO*

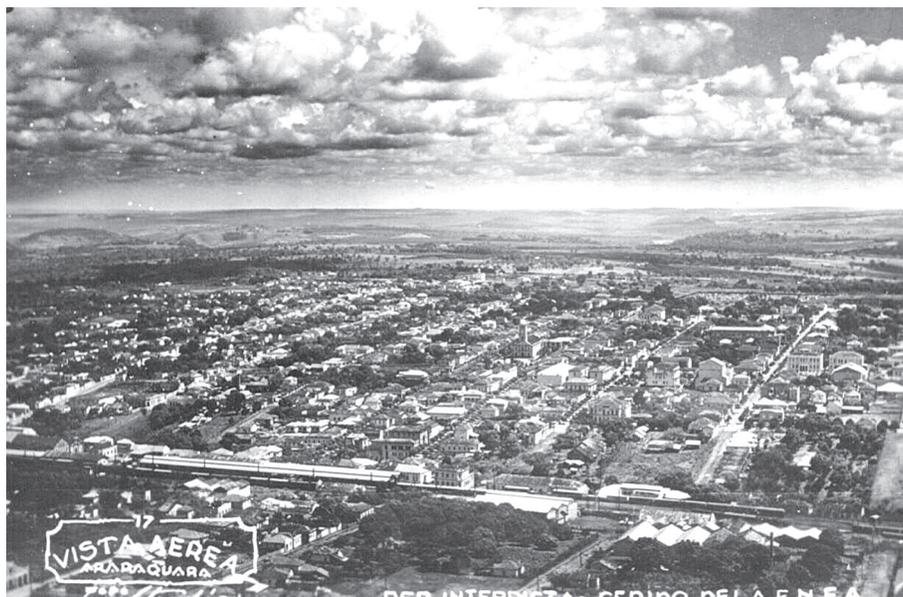
RESUMO: Este artigo tem por objetivo abordar os principais elementos históricos que compõem o violento assassinato dos Brito, na cidade de Araraquara – SP, ocorrido no ano de 1897. Neste período, o oeste paulista vivia a expansão do café, a chegada da ferrovia e o fluxo migratório que visava abastecer as necessidades de mão-de-obra. O assassinato tornou a cidade conhecida nacionalmente como *linchaquara*. O crime ainda hoje é lembrado, sendo utilizado, por vezes, para denunciar a intolerância com estrangeiros ou, até mesmo, para criticar sua presença. Ao longo do tempo os Britos se tornaram tema de peça de teatro e livros de história, sendo ainda, considerados atualmente santos populares.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Urbana. Coronelismo. Oeste Paulista.

* Mestre em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - luismichelf@gmail.com.

O contexto do crime

Foto 1 – Vista panorâmica da cidade de Araraquara no início do século XX. Na centro-direita, a quarta versão da Igreja Matriz de São Bento (inaugurada em 1891). Em torno da igreja as vias formam retilínea geometria. Na parte inferior a estrada de ferro. Linha horizontal que atravessa a cidade



Fonte: Lopes ([19--?])¹.

Neste artigo busca-se analisar um fato histórico trágico que foi o assassinato de dois sergipanos no município de Araraquara² através da ação violenta de

¹ Importante salientar que as fotos contidas no CD-ROM “100 anos de fotografia: Memória fotográfica de Araraquara”, de Eduardo Luiz Veiga Lopes, apresentam evidentes contradições de datas, quando não escassas informações, não permitindo assim a definição exata do ano em que foram tiradas. Quando há certeza da data, esta é citada, quando não, limitou-se a apresentar o período aproximado.

² Atualmente, Araraquara se constitui enquanto uma cidade média, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população estimada é de 222.036 habitantes em uma área territorial de 1.003,625 Km². Em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Araraquara atingiu 0,815. Já o PIB per capita chegou, em 2011, a R\$ 24.836,51. Ainda segundo o IBGE, o PIB interno de Araraquara em 2011 atingiu a quantia de R\$ 5.232.382 mil reais. Deste montante o setor agropecuário adicionou o valor de 86.210 mil reais; o setor da indústria, o valor de R\$ 1.058.063 mil reais; o setor de serviços, o valor de R\$ 3.476.513 mil reais. A cidade esta circunscrita em região de crescente expansão do setor sulcroalcooleiro, atraindo empresas motivadas pela sua localização no centro geográfico do Estado de São Paulo. Disponível

aliados de um coronel republicano. Para tanto, utiliza-se de intensa pesquisa nos acervos público e privado da cidade de Araraquara (SP), dando relativa atenção a trabalhos de historiadores locais e fontes documentais como: jornais, revistas e documentos institucionais. Tomando o detalhe, que cada acontecimento histórico representa, em sua ampla possibilidade de significação.

Araraquara localiza-se no interior do estado de São Paulo e foi destino de intenso fluxo de mão-de-obra, no final do século XIX, durante a expansão da exploração do café no chamado Oeste Paulista.

Como outras cidades do Oeste Paulista, a ocupação da cidade de Araraquara tem início no século XVIII graças à descoberta de ouro em Minas Gerais e mais tarde em Mato Grosso e Goiás. A partir daí a ocupação do Oeste Paulista ganha maior amplitude (TRUZZI; FOLLIS, 2012):

Assim os núcleos que se formam em torno das explorações do centro de Minas Gerais, que são cronologicamente as primeiras e ficarão sendo definitivamente as principais, aqueles núcleos se destacam da origem donde tinham partido os descobridores e as primeiras levas de povoadores, e que é São Paulo (PRADO Jr., 2000, p.47).

Dentre as sesmarias do interior do estado de São Paulo, foi, especificadamente, na sesmaria conhecida como *sertões de Araraquara*³ que teve início sua formação. Em 1602 surgem os primeiros relatos de presença de viajantes na região dos sertões de Araraquara⁴. O motivo foi promover expedições em busca de metais preciosos (TRUZZI; FOLLIS, 2012).

em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=350320&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

³ Importante destacar o fato de que o nome Araraquara neste caso não se refere ao espaço geográfico ocupado pelo atual município de Araraquara: “O território dos Sertões de Araraquara herdou o seu nome dos Morros ou Montes de Araraquara, cadeia de montanhas localizada ao longo da margem direita dos rios Tietê e Piracicaba (no atual município de Itirapina) e que servia de ponto de referência para os monçoneiros e bandeirantes que se aventuravam pelo Rio Tietê ou por terra sertão adentro. O topônimo Araraquara é de origem indígena e significa toca de araras” (TRUZZI; FOLLIS, 2012, p.21). Para mais informações sobre a designação Araraquara, conferir Corrêa (1952).

⁴ Primeiros relatos do ponto de vista da citação do nome *Sertões de Araraquara*, não tomando como referencial a presença indígena no interior do Estado de São Paulo. Para mais informações sobre a presença indígena no interior paulista conferir Mano (2006).

Mapa 1 – Representação dos Sertões de Araraquara. Sua extensão está delimitada pela linha em negrito sobre o mapa do Estado de São Paulo. Ao sul da dos Sertões de Araraquara o Rio Piracicaba. Ao oeste o Rio Tietê. Ao norte o Rio Grande. Ao leste o Rio Mogi-Guaçu.



Fonte: Disponível em: <<http://colinaspaulo.blogspot.com.br/2011/05/o-sertao-de-araraquara.html>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

Mas, será com o advento da exploração econômica do café, a partir do final da década de 60 do século XIX, que Araraquara será povoada com maior intensidade (CORRÊA, 2008). Durante esse mesmo século, porém, o sistema de sesmarias foi substituído pela Lei de Terras de 1850⁵. Foi durante este período que a região dos sertões de Araraquara estava organizando a ocupação de suas terras, ao passo que, no Brasil, o dispositivo legal que disciplinava a ocupação territorial estava em suspenso:

⁵ A Lei de Terras de 1850 surge como medida para constituir um novo dispositivo legal que ordene a ocupação do território. Para um panorama sobre seu trâmite institucional antes de sua aprovação: “Suspensa a concessão de terras, o assunto ficara para ser debatido na Constituinte de 1824, o que entretanto não ocorreu. Em 1835, um projeto sobre sesmarias foi apresentado à Câmara, porém não teve andamento. Somente em 1842, a Câmara debateu a questão, evidenciando a diversidade de interesses da classe proprietária e, sobretudo, a resistência de setores desta em arcar com os custos de implementação da política proposta (por meio da arrecadação de impostos) e com as penas que poderiam levar inclusive à perda da propriedade, em caso de inadimplência. De qualquer modo, o projeto foi enviado ao Senado no ano seguinte, onde permaneceu até 1850. Aprovado neste e, em seguida na Câmara, foi expurgado dos elementos considerados mais nocivos à classe proprietária: justamente o imposto territorial e a perda da propriedade por falta do registro no devido prazo. Essa lei ficou conhecida como Lei de Terras de 1850” (TRUZZI; FOLLIS, 2012, p.17).

Durante os 28 anos compreendidos entre a extinção do sistema de sesmarias em 1822 e a aprovação da Lei de Terras de 1850, o Brasil ficou sem nenhuma lei de regulamentação da apropriação da terra. Em razão disso, o apossamento se tornou a única forma de aquisição de domínio sobre a terra, ainda que apenas de fato (TRUZZI; FOLLIS, 2012, p.17).

A introdução da Lei de Terras veio antecipar medidas frente às mudanças que seriam causadas pela abolição da escravatura (1888) e pela expansão da presença de imigrantes que vinham compor a massa trabalhadora do país. A Lei de 1850, assim, dificultou o acesso à terra ao escravo liberto e ao imigrante, transformando a terra, por assim dizer, em mercadoria (TRUZZI; FOLLIS, 2012). Ao instituir a passagem da *propriedade condicional* - marcada pela figura do sesmeiro que concede e mantém terras na medida em que obedece a certas prerrogativas impostas - para a da propriedade na forma *burguesa contratual* (TRUZZI; FOLLIS, 2012), converte-se aí a figura do sesmeiro na do proprietário particular absoluto da terra.

Porém, algumas medidas nesta época, que previam maior rigor na composição e ordenamento no sistema de ocupação territorial, não foram aprovadas quando da regulamentação da Lei de Terras de 1850, por exemplo: “[...] imposto territorial e a perda da propriedade por falta do registro no devido prazo” (TRUZZI; FOLLIS, 2012, p.17), estimulando desta forma a composição de grandes latifúndios⁶.

Assim, de forma complexa, dos latifúndios emerge a figura política do coronel, que coabita, não sem contradição, com os novos ares institucionais trazidos pela introdução da República, em 1889. É a figura do coronel⁷ que emerge, fazendo da submissão econômica de seus empregados a fonte da segurança de seu poder político (LEAL, 2012), através dos chamados *votos de cabresto*. Assim, além do poder político, ou através dele, o *coronel* submete as instituições locais aos seus interesses:

⁶ Sobre a presença dos latifúndios no Brasil: “[...] a abundância de terras e a rarefação da população livre não só permitiu a implantação da *plantation* escravista, mas também um histórico processo de alta concentração da propriedade fundiária, que seria ainda mais incentivado pela instituição da Lei de Terras a partir de 1850 e, depois disso, permanentemente chancelada pela mais conhecida de nossas instituições, o cartório” (CANO, 2002, p.118, grifo do autor).

⁷ Embora a figura do chefe político com seus agregados tenha se desenvolvido ao longo do século 19, o “coronel” é termo que diz respeito à patente da guarda nacional.

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’, [...] A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. ‘Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais’ (LEAL, 2012, p.45).

O poder do coronel funcionou em níveis locais, fazendo uso do seguinte mecanismo: primeiro tomava de seus empregados sua força eleitoral, para depois poder atuar como intermediador entre o município e os governos estaduais. Estava garantida a construção da imagem do *provedor* através da prática de coação aos trabalhadores do campo e inimigos políticos no município:

[...] é nos Municípios que o fenômeno ‘coronelismo’ se exercita -, carentes de autonomia financeira, em tudo dependiam do governo do Estado quem por sua vez, em nada beneficiava o Município a não ser pelas mãos do chefe político governista local que, freqüentemente (sic) era o ‘coronel’ ou um seu aliado e dependente (TELAROLLI, 1977, p.15).

É importante ressaltar que o poder do coronel não emana de sua própria força, e sim de uma extração. Foi através da condição instável de seus empregados que o coronel legitimava sua posição política:

A primeira observação de quem estuda o ‘coronelismo’ é, natural e acertadamente, atribuí-lo à hegemonia social do dono de terras. Mas é preciso entender essa hegemonia apenas em relação aos dependentes da sua propriedade, que constituem o seu maço de *votos de cabresto*. Não é possível compreender essa hegemonia apenas em relação a todo o município. Um município divide-se em distritos: o distrito da sede – urbano – escapa à influência do ‘coronel’ que não seja ao mesmo tempo chefe político municipal; e cada um dos distritos rurais se compõe de diversas fazendas (LEAL, 2012, p.72).

Deste modo, o processo de ocupação territorial que propicia a figura do coronel coabita com a introdução do sistema político republicano, o encontro destes se dará no nascente espaço urbano das cidades do Oeste Paulista, na passagem do século XIX para o XX. Este encontro se fez sem conflitos, marcando a nascente urbanidade em um campo intenso de disputas.

Nesta época, Araraquara viveu ainda a recente instauração do regime republicano. Abrigou ampla população de imigrantes, principalmente italianos, portugueses e espanhóis. Ampliou suas riquezas econômicas através da produção de café e expandiu seus limites urbanos, estimulada pela chegada da ferrovia à cidade, em 1885⁸.

Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em 1873 no contexto da Convenção de Itu, representava importante força política na época e arregimentava importantes lideranças da oligarquia paulista. Eram membros do PRP o então presidente do governo do estado de São Paulo Manuel Ferraz de Campos Sales (1896-1897) e Prudente de Moraes (1894-1898), então presidente da República. Neste contexto somado à proximidade das eleições, o clima político em 1897 era bastante tenso:

Os anos de 1896 e 1897, época da propaganda eleitoral, quando seriam escolhidos os sucessores de Prudente de Moraes, a situação do Partido Republicano era extremamente delicada. Desde que havia surgido a oportunidade de acesso ao poder, os representantes das mais variadas tendências tratavam de entrar na luta lançando mão de todos os recursos disponíveis (CORRÊA, 2008, p.182).

Mas a constituição do espaço urbano foi uma das mais significativas mudanças deste período, sendo o café um dos principais motivos de sua concretização⁹. Seu cultivo presente no campo teve impacto decisivo na formação da urbes:

[...] transformavam-se as relações sociais; expandiam-se os núcleos urbanos e investia-se em melhoramentos ou seja, infra-estrutura e equipamentos públicos; priorizava-se a vida em cidades. Em poucas palavras, a implantação do café engendrava uma cultura especificamente urbana, além de provocar a formação de uma elite social, composta por uma aristocracia rural e uma burguesia citadina (MASSERAN, 1998, p.120).

⁸ Sobre a expansão da ferrovia: “Em 1867 a ferrovia atingia Jundiá, ligando-a a Santos; em 1872 chegava a Campinas; em 1875 a Mogi-Mirim e a Amparo; em 1876 a Rio Claro; em 1878 a Casa Branca e em 1883 a Ribeirão Preto” (CANO, 2002, p.64). Através de dados disponíveis nos arquivos sabemos que em 1885 passou a funcionar a Estrada de Ferro Araraquara que garantia o escoamento da produção até o Porto de Santos. Há certo tempo os produtores de café intermediavam a vinda da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a cidade.

⁹ “Como sabemos, o ritmo e o vulto dos melhoramentos urbanos eram ditados pela prosperidade da lavoura cafeeira. O núcleo urbano existia em função da economia agrícola, das fazendas, e a maior ou menor circulação de dinheiro oscilava conforme as alternâncias entre prosperidade e crise da produção e comércio do café” (TELAROLLI, 2003, p.145).

Neste contexto, em Araraquara, a urbanização no Largo da Matriz exerce papel de centralidade. Sua localização no centro do nascente espaço urbano faz dele palco do assassinato dos irmãos Brito. Assim, sobre este início do século XX:

Duas partes da cidade mereceram as atenções dos homens públicos durante esse período: a estação da Estrada de Ferro e a Praça da Matriz. A Estrada de Ferro representava o ponto de Embarque da mercadoria produzida, o café, e garantia a ligação da cidade com outras regiões. A Praça da Matriz, como antigo núcleo, comandava o crescimento urbano (CORRÊA, 2008, p.207).

A posição central da Matriz na formação da urbe pode ser verificada através dos elementos que a constituem. A praça da Matriz abriga o primeiro monumento público da cidade (foto abaixo).

Foto 2 – Segundo dados do arquivo a foto é de 1917. O local é o Largo da Matriz. Ao fundo, no canto direito, o chafariz. A foto retrata a inauguração do monumento público que comemora o centenário do primeiro batizado realizado em Araraquara no ano de 1817



Fonte: Lopes (1917).

O Crime

Este artigo tem por objetivo remontar os principais elementos que constituem o caso conhecido como *assassinato dos Brito*, crime que ocorreu na cidade de Araraquara na passagem do século XIX para o XX. Fato trágico que marcou a história do município.

Esta história tem início no dia 30 de janeiro de 1897, dia em que foi assassinado o coronel Antônio Joaquim de Carvalho, chefe político da cidade na época, por tiros do revólver do jornalista Rosendo de Brito. Naquele momento o Coronel tinha 59 anos. Rosendo, 24 anos. Manoel, seu tio, 49.

Foto 3 – Rosendo de Brito (esquerda) e Manoel de Souza Brito (direita)¹⁰



Fonte: Disponível em: <<http://jornalistahamiltonpipoli.blogspot.com.br/2011/06/historia-de-araraquara.html>>. Acesso em: 8 set. 2015.

¹⁰ A foto dos Brito é uma raridade, fruto do trabalho de importante fotógrafo da época, denominado Pérez. A referida imagem foi preservada através de pesquisa desenvolvida pelo pesquisador Luiz Flávio de Carvalho Costa, financiada pelo Pronex, integrada ao grupo de pesquisa Historiografia e Memória Agrária, sendo realizada em parceria com o pesquisador Clodoaldo Medina Jr., dentre outros. A pesquisa foi publicada, em 1998, em relatório denominado *Imagens de Araraquara*, pela UFRRJ/CPDA. Segue trecho da referida pesquisa sobre a foto dos Brito: “Essas fotografias de Manuel e Rosendo de Brito são raridades conservadas no Museu de Araraquara e, muito sugestivamente, mostram o rosto de um acontecimento marcante. São fotos do tipo carte de visite ou carte cabinet – um retrato posado (6x9, 5 cm, no caso do cartão de visita), montado sobre cartolina um pouco maior, comumente usado como presente e para satisfazer o desejo de representação. O seu autor é F. Pérez, uma figura emblemática da fotografia na cidade do final do século. A obra deste fotógrafo significa uma contribuição única à iconografia mais antiga de Araraquara, quer pelo número e qualidade dos registros conservados, quer pela sua abrangência. Em 1895, Pérez

Os assassinatos do coronel Carvalho e o dos Brito ganharam repercussão nacional, sendo tema de diversos trabalhos já publicados¹¹. Sobre o contexto histórico que permeia o assassinato ocorrido em 1897, temos:

A cidade reestabelecia-se da forte epidemia de Febre Amarela de que fora vítima nos anos anteriores. Contava com 12 ruas dispostas no sentido N-S, 24 avenidas no sentido L-O e cinco praças: da Matriz ou Municipal, José Bonifácio, Liberdade, Santa Cruz e São José. Havia na cidade 4 igrejas: Matriz de São Bento, Santa Cruz, São José e a Protestante. Possuía 162 negociantes, 6 médicos, 9 advogados, 10 dentistas, 73 homens de ofício; duas casas bancárias; 10 fábricas de cerveja e licores e 3 de macarão. Circulavam três jornais. Foi nesse ambiente que ocorreram os trágicos acontecimentos conhecidos sob a designação de *O crime de Araraquara* (CORRÊA, 2008, p.164, grifo do autor).

Até então, na cidade, vigorava a divisão política entre dois grandes grupos: monarquistas e republicanos. Afloram as figuras do monarquista tenente-coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz¹² e do republicano coronel Antônio Joaquim de Carvalho¹³ (TELAROLLI, 1977), ambos ligados à produção do café. Em 1889, com a passagem do regime monárquico para o republicano, ocorre a ascensão política do coronel Carvalho.

já tinha um estúdio em Araraquara, a Photographia Pérez, situado na Rua São Bento, bem em frente ao Largo da Matriz” (COSTA, 1998, p. 211).

¹¹ Um dos materiais mais antigos sobre o tema é de 1898: o livro denominado *Crime de Araraquara: ecos da imprensa*. A obra traz compilação de matérias que demonstram a dimensão nacional que o tema ganhou através da imprensa. Posteriormente, no ano de 1968, o tema do crime foi resgatado pela historiadora Anna Maria Martinez Corrêa em sua dissertação de mestrado. Em 1975, o historiador Rodolpho Telarolli aborda o crime como tema central de sua dissertação de mestrado. Em 2003, o sociólogo e historiador José Maria Vianna de Souza publica livro em que também aborda o tema.

¹² Segundo Telarolli (1977) o tenente-coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz nasceu em São Paulo em 1837, chegando em Araraquara no ano de 1869. Era membro do Partido Conservador.

¹³ Segundo Corrêa (1997) o coronel Antônio Joaquim de Carvalho nasceu em Porto Feliz no dia 7 de julho de 1838. Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo tendo como companheiros Prudente de Moraes e Campos Sales. Era membro do Partido Republicano Paulista.

Foto 4 – Coronel Antônio Joaquim de Carvalho



Fonte: Disponível em: <http://www.infonet.com.br/sysinfonet/images/secretarias/Not%C3%ADcias/lab_120705_001.jpg>. Acesso em: 24 jul. 2015.

Neste contexto o jornalista Rosendo de Souza Brito¹⁴ publicava nos jornais suas críticas sobre o modo como se conduzia a cidade, causando desagrado ao coronel Carvalho. O estopim ocorre por conta de queixa contra caso de violência policial ligado ao tenente João Batista Soares¹⁵. “Os maus tratos de que foi alvo o cocheiro na cadeia logo se transformaram em motivo para especulações da oposição. Os fatos vieram para as páginas da imprensa local pela pena de Rosendo” (TELAROLLI, 1977, p.52).

A tensão em torno da queixa de violência permeou o encontro entre o coronel e Rosendo na farmácia, de propriedade de Francisco do Amaral¹⁶. Nela trabalhava Manoel de Souza Brito, tio de Rosendo. Tinha aí início o conflito:

¹⁴ Importante esclarecer que adotamos neste trabalho o nome *Rosendo* com a letra s e não com a letra z. Porém é possível encontrar o nome com a letra z, como por exemplo: Barreto (2005). Já o nome com s pode ser encontrado em: Corrêa (2008); Telarolli (1977); Jornal O Diário Popular (05.08.1987)

¹⁵ João Batista Soares ocupava nesta época o cargo de comandante do destacamento policial, indicado pelo Partido Republicano Federal. No dia 08 de dezembro de 1896, prende o cocheiro Francisco da Cunha Oliveira, conhecido como Chico Viola. Soares é acusado de abuso de violência contra Chico Viola quando este se encontrava retido na delegacia. O caso ganha projeção na disputa entre monarquistas e republicanos na cidade (TELAROLLI, 1977).

¹⁶ Francisco do Amaral Barros era dono na Farmácia São Bento, localizada próxima ao Largo da Matriz. Tinha 22 anos de idade na época. Foi convocado como testemunha pela defesa de Tenente Soares no caso de queixa de violência contra Chico Viola. O coronel Carvalho ao ver Amaral em diálogo com Rosendo temeu pelo bom andamento do caso que envolvia o tenente Soares, seu aliado político (TELAROLLI, 1977).

No sábado, 30 de janeiro, por volta das 5 horas da tarde, o ‘coronel’ acabara de ler o último ataque que brotara da pena de Rosendo, em exemplar pressurosamente trazido pelo delegado civil, dr. Doria. Da janela de sua casa viu Rosendo atravessar o largo da Matriz e entrar na farmácia São Bento, de propriedade de Francisco do Amaral Barros. O ‘coronel’, bengala em punho, contendo um estoque saiu de imediato também rumo à farmácia. Sua vida teria a duração de mais uma hora somente (TELAROLLI, 1977, p.58).

Uma carta da mãe de Rosendo, publicada em 13 de fevereiro de 1897 no jornal *O Comércio de São Paulo*, narra os acontecimentos que resultaram no assassinato do coronel¹⁷. Todo o ocorrido se deu no quadrangular do largo da Matriz e está descrito pela mãe de Rosendo no trecho abaixo:

[...] estava meu filho em nossa casa e no seu trabalho, quando o referido Amaral mandou chamá-lo para o negocio supra citado, sendo o portador o farmacêutico Manoel Joaquim de Souza Brito, tio de meu filho, homem incapaz de ofender a qualquer um. Sahiram, tio e sobrinho. Chegados á ‘Pharmacia S. Bento’, situada no largo da matriz desta cidade, de propriedade do referido Francisco do Amaral, este fez-lhe nova proposta e conversaram amigavelmente, quando de súbito entrou todo tremendo e colérico o dr. Carvalho, dirigindo-se ao mesmo Amaral da seguinte forma:

- “O que faz este canalhinha aqui?”

Com a resposta do Amaral, cuja ignoramos, dissera ele Carvalho:

- “Espere ahi que já o aprompto”; dito isto, encaminhou-se do meu filho e, chegado ao pé deste, segurou-o pelo peito, descendo sobre ele muitas bengalladas, das quaes resultou abrir-lhe a cabeça, havendo também lucta e sucedendo cahir meu filho por baixo. Vendo-se assim aggredido e em perigo de vida, visto como o dr. Carvalho procurava uma faca que comsigo tinha, meu filho, em legitima defesa, tirando de um revólver com o qual se achava, desfechou-lhe os tiros precisos para salvar-se do enorme perigo que via deante de si! Eis ahi, meu caro senhor e bom Patricio, o assassino que dizem! Si tivesse sido um paulista, ficaria sendo um homem valoroso, de sentimentos nobres e cheio de virtudes, mas como se trata de um sergipano... (PINA, 1898, p. 203-204).

¹⁷ Dispensamos aqui a utilização da nomenclatura *sic*. A carta da mãe de Rosendo data de 1897 e está repleta de palavras em desuso em relação à língua portuguesa contemporânea, tornando assim o uso do *sic* repetitivo por demasia. Esta postura é utilizada em outros casos deste artigo quando julgado coerente.

Rosendo e Manoel foram presos e levados para a cadeia pública logo após o assassinato do coronel Carvalho. A cadeia na época ficava em frente à Igreja Matriz:

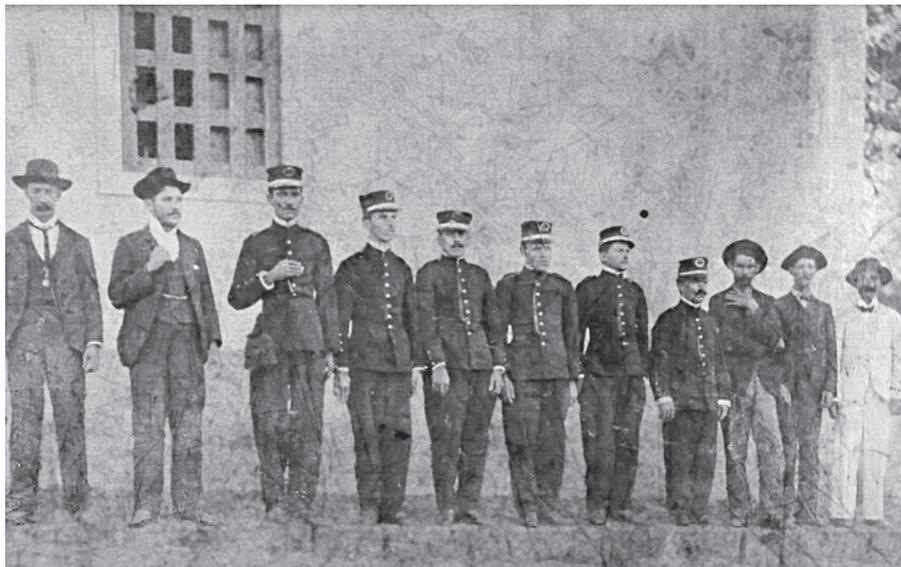
Foto 5 – Segundo dados do arquivo foto do entorno da Igreja Matriz no ano de 1891. Sobre os números indicados na foto: 01) redação do jornal “O Popular” em 26 de março de 1899; 2) Tipografia Gravina, padaria Palamone; 3) Residência do Padre Luciano, que juntamente com a Padaria Palamone transformou-se no atual prédio do Banco do Brasil; 04) O primeiro sobrado construído em Araraquara no ano de 1861; 05) Caixa comercial de Joaquim Vieira dos Santos, depois, prédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



Fonte: Lopes (1891).

O largo da Matriz ou Praça Municipal era o ponto central da cidade. A nova igreja, inaugurada em 1891; em frente à igreja, com os fundos voltados para a Rua 3 (atual São Bento), a cerca de 50 metros, a cadeia, o velho edifício em precárias condições, com dois andares, funcionando no segundo pavimento o Salão do Júri (TELAROLLI, 1977, p.25).

Foto 6 – Segundo dados do documento: foto de 1897 do prédio da cadeia pública de Araraquara, local onde os Brito ficaram presos



Fonte: Lopes (1897).

A missa de sétimo dia do coronel Carvalho acontece na Igreja Matriz, contando com a presença de correligionários e parentes. Das fazendas de café dos Carvalho são convocados os empregados para comparecerem. Grande público foi formado para o evento. Na cidade era de conhecimento que existia a intenção de se realizar o assassinato dos Brito (CORRÊA, 2008; TELAROLLI, 1977).

O grande público da missa do coronel retorna durante a noite para o Largo da Matriz. Alguns ficam responsáveis por formar cordão em torno da delegacia, estratégia utilizada para proteger a identidade dos agressores. É noite de 07 de fevereiro de 1897 quando a delegacia é invadida e dela são retirados Rosendo e Manoel. Os dois são arrancados do interior da delegacia graças à conivência das forças policiais locais. Os Brito são então mortos e mutilados no centro do cordão que se formou. Desta forma, a presença dos empregados das fazendas de café, de aliados e parentes do coronel, não se fez em vão.

Pio Lourenço Corrêa¹⁸ foi testemunha das movimentações daquela noite no Largo da Matriz. A casa em que Pio dormia na noite do assassinato dos

¹⁸ Pio Lourenço Corrêa nasceu em Araraquara no dia 12 de maio de 1875 e faleceu na mesma cidade em 12 de junho de 1957. Foi comerciante, banqueiro e fazendeiro, dono da Chácara Sapucaia (atualmente propriedade da

Brito ficava no quadrangular do largo da Matriz, localizada na esquina da Rua Padre Duarte com a Avenida São Paulo (nomenclatura atual das vias). Posteriormente, Pio foi jurado no julgamento do assassinato dos Brito e votou pela absolvição dos acusados: Teodoro Dias de Carvalho Junior e João de Araujo. No ano de 1945 escreve um depoimento na forma de carta em que explica sua atitude de absolvição dos acusados no caso do assassinato dos Brito. Tal depoimento ficou em posse de familiares, tornado público apenas em 1997. Vejamos como Pio descreve os acontecimentos da noite de 06 de fevereiro de 1897:

Em 1897 eu era ainda solteiro, e estava domiciliado em casa de meu irmão e ex-tutor Antônio Lourenço Corrêa, na esquina da rua 5 com a avenida 2, prédio onde está hoje a Delegacia Regional da Polícia. Os meus cômodos eram nos baixos do edifício, à esquerda de quem entra. Na citada noite, cerca de meia noite e vinte minutos, fui despertado por meu irmão, que me perguntou:

- Você não ouviu nada?

- Não; o que foi?

- Pois houve agorinha mesmo um forte tiroteio aí para baixo, e muita gritaria, seguida logo de ruidoso tropel de cavaleiros que parece subiram a avenida 1 (hoje av. Brasil) ainda gritando e dando tiros. O tiroteio mais nutrido foi lá pelo largo, talvez na cadeia. Que terá acontecido? Você não soube de nada ontem?

- Ontem, não. Soube só aquilo de que conversamos há dias. (A tal conversa de 'há dias' versara sobre uns boatos vagos, circulantes nas camadas populares, de que o partido político a que pertencia Rosendo de Brito tenciona-

Unesp – Araraquara através de doação). Aprofundou-se nos estudos de lingüística sendo um dos pioneiros, em Araraquara, no contato com a obra de Ferdinand Saussure. Em 1936 publicou a obra *Monografia da palavra Araraquara* (1936) livro em que investiga o surgimento e o significado da palavra *Araraquara*. Pio era casado com Zulmira Moraes Rocha, prima de Mario de Andrade. Mario o tratava por *tio* e durante temporada na Chácara Sapucaia, em Araraquara, escreveu a obra *Macunaíma*. Pio construiu forte laço de amizade com Antonio Candido este o agradeceu na obra *Parceiros do Rio Bonito* (CANDIDO, 2010) da seguinte forma: “Não posso deixar de lembrar, com saudade e reconhecimento, o velho amigo Pio Lourenço Corrêa [...] admirável tipo de fazendeiro paulista, culto e reto, que me acolheu várias vezes na sua chácara dos arredores de Araraquara, e a quem devo muito do que percebo da cultura rústica [...] erudito e estudioso da língua e das ciências naturais; caçador e investigador dos costumes; conhecedor minucioso da flora, da fauna e da técnica rural, devo-lhe mais do que poderia registrar, porque são coisas que se incorporam ao modo de ver e de sentir” (CANDIDO, 2010, p.15).

va apoderar-se deste à força para subtrá-lo à acção da justiça. Nenhum de nós acreditou nos inverosímeis boatos, e não falamos mais no assunto). O meu irmão, trocadas mais algumas palavras de conjecturas, retirou-se para os seus cômodos encima e eu...tornei a dormir. Daí a poucos minutos, ainda paramentado de camisolão branco de uso geral na época e empunhando o indispensável castiçal com vela acesa, voltou a falar comigo. Acordei estremeunhado, e ouvi:

- Pois você tornou a dormir, rapaz?! Após uma notícia de tamanha gravidade!... Parece impossível!...

Eu...murchei; e êle continuou:

- Vá até o largo ver se vê alguma coisa ou se obtém qualquer informação.

O velho estava profundamente impressionado. Enfiei as calças em que mal cabíamos eu e o fraldão da camisola, sobrepus às pressas um sobretudo que achei mais à mão, e saí na rua abaixo. Não quis descer diretamente pela avenida 2, muito exposta a possíveis tiros de enfiada partidos da cadeia: eu já estava meio contaminado do nervosismo do irmão. Atingi, pela avenida I, cosendo-me depois com a parede lateral da Igreja, a frente desta. Eu vim e estava ali entrepelado, perscrutando na meia-escuridão do largo a possível presença de vítimas do tiroteio. Nada vi, além de vultos humanos na porta e na frente da cadeia; dei mais alguns passos, até a beira da calçada da Matriz.

Nisto, um brado, talvez da sentinela, determinou brusco movimento daquelas sombras de homens que entravam em forma...Sumi, num ápice, detrás do pilar da igreja, e cosido outras vez com a parede, ganhei o caminho por onde tinha vindo – não fosse interpretação errónea da minha presença ali àquela hora custar-me a vida. Não vi viva alma nas ruas nem nas janelas. Em casa informei o irmão que as coisas lá pela cadeia não estavam claras, e que eu não voltaria a esclarecê-las. António Lourenço deixou-me, e mergulhei de novo no silêncio, nos lençóis e no sono. Afinal, o que foi que se passara? O linchamento dos Brito! Na manhã do dia 7 lá estavam no largo os dois cadáveres, tais como os deixara a malta de assassinos (CORRÊA, 1945 apud TELAROLLI, 1977, p.210-211).

Linchaquara

O crime ganha projeção nacional graças a alguns fatores dos quais podemos destacar a condição de réu de Teodoro Dias de Carvalho Júnior¹⁹ no julgamento do crime, o contexto turbulento de introdução do regime republicano, a proximidade das eleições, a crise do café e a mobilização da comunidade sergipana.

Na época do assassinato, Teodoro Carvalho era o delegado de polícia de Araraquara, sendo posteriormente réu no julgamento sobre o caso²⁰. Teodoro era figura política conhecida na época graças à posição de chefe de Polícia de São Paulo cumprida anteriormente:

Mal chegada a notícia da Proclamação da República em Araraquara, ou seja, a 17 de novembro de 1889, o dr. Teodoro entrou no exercício do cargo de delegado de Polícia. Com o novo regime, ascenderia ao mando local sob a liderança de seu sogro, também republicano histórico e, assim, iniciava sua trajetória nos quadros da política situacionista (TELAROLLI, 1977, p.172).

Em nível nacional, a introdução do regime republicano se fez em meio a turbulências. Como exemplo, neste mesmo ano de 1897 estoura a guerra de Canudos. A repressão do governo republicano a este movimento não fez melhorar sua imagem. Araraquara, por sua vez, após o crime, passa a ser chamada de *linchaquara*:

Nesse ambiente, o Partido Republicano [...] pretendia resistir às investidas que lhe eram dirigidas de várias partes. Nos anos de 1896 e 1897, época da propaganda eleitoral, quando seriam escolhidos os sucessores de Prudente de Moraes, a situação do Partido Republicano era extremamente delicada (CORRÊA, 2008, p.182).

¹⁹ Teodoro Dias de Carvalho Júnior nasceu em Estrela do Sul, cidade mineira. Veio para São Paulo em 1879. Chega a Araraquara em 1887. Era genro do coronel Carvalho. Em 1892 assume o cargo de chefe de Polícia de São Paulo. Faleceu em São Paulo no ano de 1928. (TELAROLLI, 1977).

²⁰ Sobre os réus do caso: “Concluídas as diligências, o relatório do chefe de polícia pediu a prisão preventiva de oito pessoas sobre as quais veementes indícios de culpabilidade: Dr. Teodoro Dias de Carvalho, Antônio de Carvalho Filho, Joaquim Gabriel de Carvalho, João Batista Soares, comandante do destacamento da cadeia, Artur Gonçalves, carcereiro, Francisco Rodrigues Coimbra e Joaquim Liberato, camarada da fazenda de Joaquim Gabriel” (CORRÊA, 2008, p.180).

Com a proximidade das eleições o clima de tensão se amplia, constituindo o cenário para a exploração do crime em páginas de jornal e manifestações de monarquistas²¹. A comunidade sergipana, por sua vez, realizou grandes mobilizações em favor da família dos Brito²². Foram registradas manifestações de populares em São Paulo, Santos, Rio Claro, São Carlos e Araraquara (CORRÊA, 2008). Na assembleia estadual de Aracaju também foi registrado protesto ao crime (TELAROLLI, 1977).

Diante do número de manifestações em Araraquara o julgamento do caso foi realizado em Américo Brasiliense. Os corpos de Rosendo e Manoel são enterrados a quilômetros de distância do centro urbano da cidade. O local, denominado *Cemitério das Cruzes*, era conhecido na época por serem lá enterrados os mortos pelo surto de febre amarela²³. Tanto a escolha do local do enterro dos corpos quanto do julgamento previam evitar manifestações. Ao final do julgamento todos os réus são absolvidos.

Considerações

Tal como apontado anteriormente, o assassinato dos Brito marcou e permanece vivo, sendo ainda hoje, tema de manifestações acerca da violência contra estrangeiros. Os Brito por vezes têm sua figura apropriada para enaltecer a presença do migrante ou, até mesmo, para usá-los como exemplo para ser intolerante com a presença de estrangeiros.

Por exemplo, no ano de 2003 é publicada matéria denominada *Rosendo de Brito: um forasteiro inconsequente* no Jornal *O Imparcial*. Nela o jornalista Beto Caloni retoma todos os fatos que envolveram a morte dos Brito. No referido artigo o jornalista afirma considerar que Rosendo foi inconsequente ao enfren-

²¹ “Adiantamos, todavia, que não foi pequena a exploração política: de monarquistas; a especulação de dissidências do P.R; a própria efervescência do momento, quando já se articulava a candidatura do presidente de São Paulo à presidência da República; os ressentimentos decorrentes da atuação do dr. Teodoro de Carvalho, no governo de Bernardino de Campos, tudo isso maximizado pela imprensa facciosa, interessada, tanto a situacionista como a anti-governista, na defesa de posições que cada jornal representava” (TELAROLLI, 1977, p.101).

²² Tal mobilização chegou a resultar em envio de telegrama para o governador de São Paulo Campo Sales, sendo posteriormente respondido por este: “A colônia sergipana de Santos manifestou-se enviando um telegrama ao governador de Sergipe pedindo a ele que intercedesse junto ao governador de São Paulo para que houvesse justiça. O pedido foi atendido tendo o governador enviado a Campo Sales um telegrama [...]” (CORRÊA, 2008, p.178-179).

²³ Sobre o tema conferir referência ao Cemitério das Cruzes em texto de Pío Lourenço Corrêa de 1948: “Foi assim que Araraquara, coberta de eucaliptos e de cal, e privada das antigas privadas, do cemitério de São Bento e dos poços, viu afinal, em 1897, o último caso de febre amarela afundir-se no cemitério de contagiados da charneca das Cruzes” (CÔRREA, 1948, p.40).

tar um poderoso chefe político como o coronel Carvalho: “É esse o fato que a tragédia conseguiu ofuscar: a prepotência de um jovem nordestino pobre, que resolveu atacar de forma compulsiva um coronel do café, dono do poder local” (CALONI, 2003, não paginado).

No final do artigo, através da análise da figura do sergipano Rosendo Brito, o jornalista assume postura conservadora quanto à chegada de migrantes na cidade de Araraquara:

Não se trata de culpar ou inocentar ninguém – apenas reconhecer que ninguém conseguiria enfrentar um coronel do café em seu latifúndio. Quem ficou no prejuízo foi Araraquara que faz 200 anos não para de receber gente de todos os cantos (CALONI, 2003, não paginado).

Por outro lado, na década de 1990 o grupo *Belazarte* realiza peça de teatro denominada *Um século de silêncio* abordando o tema do assassinato dos Brito. Com direção de Anysio Ribeiro ([199-]), a peça foi adaptada de livro de título homônimo escrito pelo jornalista José Carlos Magdalena (1997). A peça teatral, ao relembrar o crime, denuncia a violência que envolveu a morte dos sergipanos na cidade de Araraquara.

Interessante notar que o crime é tema atualmente lembrado não apenas em Araraquara, mas, também, em Sergipe²⁴. Em 2005, Luiz Antônio Barreto publica em site matéria sobre o crime. Barreto é jornalista, historiador e diretor do Instituto Tobias Barreto e ex-secretário de Estado da Cultura de Sergipe. Sobre a mobilização da comunidade sergipana na época, comenta:

Sergipanos que viviam em São Paulo – Santos, São Carlos, São Paulo capital – se mobilizaram em socorro e proteção à família das vítimas, tendo Ascendino Reis, Silvério Fontes, Olinto Dantas, dentre outros, encabeçado movimento de massa. Em Aracaju, mais de duas mil pessoas saíram às ruas, clamando por justiça e deplorando o assassinato bárbaro dos dois conterrâneos. Subscrições na capital e em diversos municípios do Estado mostraram a solidariedade dos sergipanos. Uma das listas tinha em primeiro lugar o nome do presidente do Estado, Martinho Garcez, outra ostentava a assinatura do arcebispo da Bahia, dom. Jerônimo Tomé da Silva. Uma comissão, tendo à frente o comerciante José Rodrigues Bastos Coelho, e a

²⁴ Rosendo Brito nasceu na cidade de Rosário do Catete, interior do estado.

participação destacada do comerciante italiano Nicolau Pungitori, organizou manifestações públicas e arrecadou considerável soma, entregando-a aos familiares dos mortos, em São Carlos, São Paulo, a mãe e as irmãs de Rozendo, e em Rosário do Catete, Sergipe, a viúva e os oito filhos de Manuel (BARRETO, 2005).

Outro material obtido foi publicado em 2009, no blog *Fontes da História de Sergipe*. Escrito pelo historiador Adailton dos Santos Andrade, o material foi denominado: *Série Rosarenses Ilustres: Um crime em Araraquara nº5*. O autor, ao refletir sobre os desdobramentos do assassinato, comenta:

Um jovem da cidade de Rosario do Catete, que sonhava com uma vida melhor, que durante todo este tempo tentaram esconder a verdadeira história. Hoje o Povo do interior paulista sabe que o rosarense morreu inocente, e que foi tratado mesmo depois de morto como animal, nem enterrado dignamente pode ser, assim seu corpo foi jogado fora da cidade, enterrado em um lugar afastado, por ironia do destino, este lugar hoje é maior e principal cemitério da cidade de Araraquara, “Cemitério dos Brito” família Brito da cidade de Rosario do Catete interior de Sergipe (ANDRADE, 2009).

Apesar da distância, o local em que foram enterrados os Brito se consolida como trajeto de peregrinação popular. Estes passam a ser vistos pela população como santos. Posteriormente, no cemitério foi construída Capela sobre os seus corpos enterrados, a chamada Capela das Almas (fotos abaixo). Todo ano, na data comemorativa do Dia de Finados, é celebrada missa nesta capela com ampla presença popular.

Foto 7 – Inauguração da Capela das Almas em 22 de junho de 1952



Fonte: Lopes (1952a).

Foto 8 – Capela das Almas ao fundo no canto direito.
Panorama do Cemitério das Cruzes no ano de 1952



Fonte: Lopes (1952b).

Foto 9 – Foto de 1978 da entrada do Cemitério São Bento, local em que se encontra enterrado o corpo do coronel Carvalho. Ao contrário do Cemitério das Cruzes, este é localizado no centro da cidade.



Fonte: Lopes (1978).

LINCHAQUARA - THE MURDER OF THE BRITOS

ABSTRACT: *This article aims to address the main historical elements that make up the violent murder of the Britos in the city of Araraquara - SP, in the year of 1897. During this period, western São Paulo lived the coffee expansion, the arrival of the railroad and the migration flow aimed at supplying the needs of labor. The murder made the city known nationwide as linchaquara. The crime is still remembered and sometimes used to denounce the intolerance of foreigners or even to criticize their presence. Over time the Britos became the subject of theater plays and history books, and are still currently considered popular saints.*

KEYWORDS: *Urban Memory. Coronelismo. Oeste Paulista.*

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. dos S. **Rozendo de Souza Brito: série Rosarenses ilustres: um crime em Araraquara**. n. 5. Blog Fontes da História de Sergipe. 13 set. 2009. Disponível em: <fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com.br/2009/09/um-rosarense-lichado-em-araraquara-sp.html>. Acesso em: 21 ago. 2015.

BARRETO, L. A. **Araraquara: a marca da tragédia**. Site Infonet. 12 jun. 2005. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=37827&titulo=Luis_Antonio_Barreto>. Acesso em: 12 abr. 2014.

CALONI, B. **Rozendo de Brito: um forasteiro inconsequente**. Jornal *O Imparcial*, Araraquara, 2003. Recorte de jornal disponível no arquivo da Biblioteca Municipal de Araraquara.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

CORRÊA, A. M. M. **Araraquara 1720-1930: um capítulo da história do café em São Paulo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

CORRÊA, P. L. **O depoimento Confidencial de Pio Lourenço Corrêa, um Documento Único**. In: TELAROLLI, R. **Brito: república de Sangue**. Araraquara: Edições Macunaíma, 1997. p.219-216.

_____. **Monografia da palavra “Araraquara”: um pouco de história e um pouco de tupi**. 4. ed. rev. São Paulo: [s.n], 1952.

_____. **A febre amarela em Araraquara**. In: ALMEIDA, N. M. de. **Album de Araraquara**. Organização e edição Nelson Martins de Almeida. São Paulo: Composto e impresso pela Empresa “O papel” Ltda, 1948.

COSTA, L. F. de C. **Imagens de Araraquara**. Rio de Janeiro, 1998. Relatório apresentado pelo grupo de pesquisa de Historiografia e Memória Agrária da UFRJ\CPDA.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOPES, E. L. V. **100 anos de fotografia: Memória fotográfica de Araraquara.** Realização: Prefeitura do município de Araraquara em comemoração aos 190 anos de Araraquara. Parte I. Pasta Caixa 1 - Cemitério. 1978.

_____. **100 anos de fotografia: Memória fotográfica de Araraquara.** Realização: Prefeitura do município de Araraquara em comemoração aos 190 anos de Araraquara. Parte I. Pasta Caixa 1 - Cemitério. Foto nº 48b. 1952a.

_____. **100 anos de fotografia: Memória fotográfica de Araraquara.** Realização: Prefeitura do município de Araraquara em comemoração aos 190 anos de Araraquara. Parte I. Pasta Caixa 1 - Cemitério. Foto nº 46. 1952b.

_____. **100 anos de fotografia: Memória fotográfica de Araraquara.** Realização: Prefeitura do município de Araraquara em comemoração aos 190 anos de Araraquara. Parte I. Pasta Praças. Foto nº 474. 1917.

_____. **100 anos de fotografia: Memória fotográfica de Araraquara.** Realização: Prefeitura do município de Araraquara em comemoração aos 190 anos de Araraquara. CD-ROM - II. Pasta Vistas. Foto nº 002. [19--?].

_____. **100 anos de fotografia: Memória fotográfica de Araraquara.** Realização: Prefeitura do município de Araraquara em comemoração aos 190 anos de Araraquara. CD-ROM- I. Pasta: Caixa 4 - Cadeia. Foto nº 604. 1897.

_____. **100 anos de fotografia: Memória fotográfica de Araraquara.** Realização: Prefeitura do município de Araraquara em comemoração aos 190 anos de Araraquara. CD-ROM - II. Pasta Vistas. Foto nº 002. 1891.

MASSERAN, P. R. **Teatros Paulistas no ciclo do café: tipologia e arquitetura.** 1998. 202p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.

MAGDALENA, J. C. **Um século de silêncio.** São Paulo: Senac, 1997.

MANO, M. **Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista.** 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377352>>. Acesso em: 4 set. 2015.

PINA, R. A. Comercio de São Paulo. In: LIMA, O. **Crime de Araraquara: ecos da Imprensa.** Santos: Typographia da Tribuna do Povo, 1898. p.203-204.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

RIBEIRO, A. (Dir.). **Um século de silêncio**. [199-]. Grupo Belazarte. Arte Vídeo Araraquara. Peça teatral.

TELAROLLI, R. **Para uma história de Araraquara: 1800 a 2000**. Araraquara: Ed. da UNESP, 2003.

_____. **Poder local na república velha**. São Paulo: Companhia Nacional, 1977. (Coleção Brasileira, v.364).

TRUZZI, O.; FOLLIS, F. **A ocupação dos sertões de Araraquara: das sesmarias e apossamentos à Lei de Terras de 1850**. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.

